

ENTRE O EU E O OUTRO: ALTERIDADE EM “A MENOR MULHER DO MUNDO”, DE CLARICE LISPECTOR

Larissa O'Hara

Doutora em Letras (Universidade Federal do Espírito Santo).
Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

E-mail: larissa.ohara@gmail.com

DOI 10.56372/desleituras.v13i13.199

Resumo: Este ensaio analisa o conto *A menor mulher do mundo*, de Clarice Lispector, à luz da filosofia da alteridade de Emmanuel Lévinas. A partir da figura da personagem Pequena Flor, discute-se como o olhar exotizante, piedoso ou indiferente revela tentativas de reduzir o Outro ao Mesmo, negando sua irredutibilidade. O estudo evidencia que a narrativa clariceana problematiza a relação ética com a diferença, expondo limites da objetificação e da curiosidade colonial. O riso de Pequena Flor surge como fissura nesse enquadramento, epifania do rosto levinasiano, convocando à responsabilidade diante do Outro.

Palavras-chave: Literatura. Alteridade. Clarice Lispector. Emmanuel Lévinas

Abstract: This essay analyzes Clarice Lispector's short story *The Smallest Woman in the World* through Emmanuel Levinas's philosophy of alterity. By focusing on the character Little Flower, it examines how gazes of exoticism, pity, or indifference attempt to reduce the Other to the Same, denying her irreducibility. The study highlights how Lispector's narrative problematizes the ethical relation with difference, exposing the limits of objectification and colonial curiosity. Little Flower's laughter emerges as a fissure in this framework, an epiphany of the Levinasian face, calling for responsibility toward the Other.

Keywords: Literature. Alterity. Clarice Lispector. Emmanuel Levinas.

A verdadeira inclusão começa quando se reconhece o outro como legítimo em sua diferença.

[Sasaki]

Introdução

A legitimidade do outro, em sua diferença, tal qual advertiu Romeu Sasaki (2010), é o primeiro passo para o reconhecimento do não-eu, rompendo a barreira do autocentrismo. Esse movimento implica um deslocamento ético, que não se limita a tolerar a diferença, mas a reconhecê-la como constitutiva da própria relação humana.

O conceito de alteridade ocupa posição central na filosofia contemporânea, sobretudo nas reflexões de Emmanuel Lévinas em *Totalidade e Infinito* (1961). Para o filósofo, o encontro com o Outro não se dá no plano do conhecimento ou da apropriação, mas no plano ético: trata-se de reconhecer a presença irreduzível de um sujeito que não pode ser capturado por nossas categorias e expectativas. Esse encontro interpela, exige responsabilidade e desestabiliza a tendência humana de reduzir o diferente àquilo que já nos é familiar — “Abordar Outrem no discurso é acolher a sua expressão onde ele ultrapassa em cada instante a ideia que dele tiraria um pensamento. É, pois, receber de Outrem para além da capacidade do EU; o que significa exatamente: ter a ideia do infinito” (1980, p. 38).

Como observa Critchley (1999), o pensamento levinasiano desloca o eixo da ética da norma ou da virtude para a relação concreta com o Outro, concebendo essa

relação como anterior a qualquer forma de conhecimento ou categorização. Nesse sentido, *A menor mulher do mundo*, de Clarice Lispector, é terreno fértil para refletir sobre o olhar que se lança ao diferente e sobre as formas de negação ou reconhecimento de sua alteridade.

No conto, Clarice dramatiza a dificuldade de lidar com essa diferença radical. Por meio da personagem Pequena Flor, uma pigmeia descoberta por um explorador francês, a narrativa evidencia diferentes modos de olhar para o Outro — ora com exotização, ora com piedade, ora com indiferença. À luz da filosofia levinasiana, é possível compreender como a narrativa expõe os limites éticos do olhar que tenta reduzir a alteridade à mera curiosidade ou espetáculo.

Lévinas e a alteridade

Lévinas (1980) entende o *Mesmo* como o espaço da identidade que se preserva ainda que diante das alterações: “O Eu é idêntico mesmo nas suas alterações: representa-as e pensa-as para si” (1980, p. 36). O Eu mantém-se “como a obra original da identificação”, apto a reabsorver o heterogêneo, desde que possa assimilá-lo às suas categorias. Trata-se, portanto, de uma identidade centrada em si, que interpreta tudo o que encontra a partir do seu próprio horizonte de sentido.

Já o *Outro*, para o filósofo, é irreduzível: “A alteridade, a heterogeneidade radical do Outro, só é possível em relação a um termo cuja essência é permanecer no ponto

de partida” (Lévinas, 1980, p. 35). Essa heterogeneidade radical implica que o Outro não pode ser compreendido integralmente pelas categorias do Eu sem sofrer alguma forma de distorção ou apagamento.

“O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo ‘tu’ ou ‘nós’ não é plural de ‘eu’. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum” (1980, p. 26). Aqui, Lévinas recusa a ideia de que a relação com o Outro possa ser pensada em termos de simples multiplicidade aritmética ou de inclusão num conceito universal. O Outro não é uma variação do Mesmo, mas uma presença singular que se mantém exterior, mesmo quando nos relacionamos com ela.

Essa exterioridade não é apenas espacial ou cultural, mas ética: o Outro se apresenta como presença que me interpela, que me convoca a responder, e essa convocação antecede qualquer tentativa de conhecê-lo ou classificá-lo. É justamente nesse ponto que Lévinas rompe com a tradição filosófica centrada no ser e afirma a primazia da ética sobre a ontologia.

A relação com o Outro, para Lévinas, não é uma relação de saber, mas de responsabilidade. O Outro não se oferece primordialmente ao conhecimento, mas à resposta ética. Ele se manifesta como *rosto* — e aqui o termo não se restringe à fisionomia física. O rosto é a expressão viva da alteridade, a presença que me interpela diretamente, rompendo qualquer tentativa de reduzi-la a imagem ou representação. Por isso, “o ‘rosto’ de Outrem destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa” (Lévinas, 1980, p. 38).

Essa manifestação do rosto é sempre excessiva: ultrapassa o que posso apreender, resiste a qualquer apropriação conceitual e, nesse transbordamento, diz — de modo explícito ou silencioso — “não me mates”. Essa frase, frequentemente usada para sintetizar o pensamento levinasiano, não é uma citação literal de sua obra, mas uma forma de traduzir o apelo ético fundamental que o rosto encarna: a exigência de reconhecer o Outro como vida que não me pertence, como existência que não pode ser aniquilada nem reduzida ao meu horizonte.

Para Lévinas, essa interpelação do rosto antecede qualquer categorização ou descrição. É anterior à ontologia, à teoria ou à classificação. É um chamado à responsabilidade que surge antes mesmo que eu possa pensar sobre o Outro. A tentativa de reduzir o Outro ao Mesmo — de assimilá-lo às minhas categorias — constitui, assim, uma forma de violência ontológica, pois apaga aquilo que nele é singular e irreduzível. Reconhecer a alteridade é aceitar que ela permanecerá, em alguma medida, inacessível, e que a minha relação com ela será sempre marcada por essa assimetria: o Outro é sempre mais do que posso compreender.

O encontro com o Outro no conto de Clarice Lispector

A prosa clariceana, como aponta Nunes (1995), é marcada por um “drama da linguagem”, em que o texto não se limita a narrar, mas encena tensões entre o dito e o indizível. Essa dimensão é essencial para compreender A

menor mulher do mundo, conto que apresenta o explorador Marcel Pretre, caçador e “homem do mundo”, em uma expedição à África Equatorial.

No Congo Central, encontrou “entre os menores pigmeus do mundo [...] o menor dos menores pigmeus do mundo” (Lispector, 1998, p. 97). Tratava-se de uma mulher de quarenta e cinco centímetros, “madura, negra, calada” e, para o explorador, “escura como um macaco”. A surpresa maior, porém, foi descobrir que aquela figura insólita, reduzida pelo olhar do narrador a uma metáfora animalizante, carregava dentro de si outra vida — estava grávida.

Desde o primeiro olhar sobre a mulher que acabara de descobrir, a relação é mediada pela lógica classificatória e colonial: a necessidade de dar nome e lugar àquilo que escapa à norma. “Apenas por não ser louco, é que sua alma não desvairou nem perdeu os limites” (LISPECTOR, 1998, p. 98). Para enquadrar o inédito, o explorador a apelidou de “Pequena Flor”, contrapondo-se ao que considerava o vocabulário limitado dos “Likoualas”, que “usam poucos nomes, chamam as coisas por gestos e sons animais” (Lispector, 1998, p. 99).

A postura do explorador lembra o exercício irônico de Horace Miner em “Os ritos corporais entre os naciema” (1956), no qual o autor descreve hábitos comuns dos norte-americanos como se fossem rituais exóticos de um povo distante. Miner demonstra que a exotização não está na prática em si, mas na forma de narrá-la — e, em Clarice, o tom do explorador atua do mesmo modo,

criando uma distância que transforma o cotidiano da personagem em objeto de curiosidade e estranhamento.

Tal comentário reforça a perspectiva hierarquizante do narrador, que não apenas exotiza a personagem principal, mas estende seu julgamento a todo o grupo, descrevendo-o como um povo de comunicação rudimentar, próximo ao instinto animal e distante daquilo que ele reconhece como plenamente humano.

As expressões “sua raça de gente”, “poucos exemplares humanos” e “a racinha de gente” colocam esses indivíduos em uma posição de subalternidade, reduzindo-os a espécimes curiosos. Pequena Flor é descrita como “a coisa humana menor que existe” e dotada de “tanta estranha graça” (Lispector, 1998, p. 100). Ela “coçou-se onde uma pessoa não se coça”; tinha “o nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro” e sua expressão era “tristeza de bicho, não [...] tristeza humana” (Lispector, 1998, p. 101). A alteridade, portanto, é constantemente remetida ao campo do não-humano.

Quando a notícia sobre a existência dessa mulher pequena — e não pequena mulher — chega aos jornais, as famílias que a leem, distantes do Congo, passam a enquadrá-la com o mesmo olhar objetificante do explorador, reduzindo-a à condição de curiosidade, piedade e posse. As reações revelam tanto a piedade quanto o paternalismo: “Mamãe, olhe o retratinho dela, coitadinha! olhe só como ela é tristinha!” (Lispector, 1998, p. 102). O afeto, aqui, se mistura ao impulso de apropriação, trans-

formando a diferença em ornamento doméstico ou objeto de caridade.

Não por acaso, o trecho “no coração de cada membro da família nasceu [...] o desejo de ter para si aquela coisa miúda e indomável [...] aquela fonte permanente de caridade” (Lispector, 1998, p. 103) explicita como o exotismo se converte em vontade de posse e como a alteridade, em vez de ser reconhecida, é absorvida como propriedade afetiva.

Essa atitude pode ser pensada à luz dos conceitos de *identidade vertical* e *identidade horizontal*, formulados por Andrew Solomon (2013). As identidades verticais são aquelas herdadas dos pais e compartilhadas com a família, como etnia, língua ou religião. Já as identidades horizontais dizem respeito a características que diferem das dos pais e do grupo de origem — por exemplo, surdez, síndrome de Down ou homossexualidade — e que frequentemente exigem do indivíduo e de sua família um esforço de tradução e aceitação.

Para Solomon, essas identidades horizontais colocam o sujeito em contato direto com a alteridade dentro do próprio núcleo familiar, provocando tensões que podem ser enfrentadas com abertura ou, ao contrário, com tentativas de normalização.

Nessa perspectiva, “a maioria dos adultos com identidades horizontais não quer ser objeto de pena ou admiração; eles simplesmente querem seguir com suas vidas sem serem observados” (Solomon, 2013, p. 60). O autor adverte que gestos paternalistas, embora revestidos

de boas intenções, podem ser justamente desprezados, pois reforçam a desigualdade e a assimetria na relação.

A pena dirigida à nomeada Pequena Flor ecoa esse paternalismo: um olhar que, ao invés de reconhecer sua existência em sua própria medida, a aprisiona no lugar de objeto de compaixão e, assim, a afasta da possibilidade de um reconhecimento ético — aquele que, segundo Lévinas, exige a aceitação da irreducibilidade do Outro.

O riso de Pequena Flor: fissura na captura

O momento em que Pequena Flor ri desestabiliza toda a lógica que até então a enquadrava: “O explorador sentiu mal-estar. É que a menor mulher do mundo estava rindo. Estava rindo, quente, quente. Pequena Flor estava gozando a vida” (Lispector 1998, p. 104).

O incômodo sentido pelo explorador revela o quanto esse gesto foge à narrativa que ele vinha construindo: um ser exótico, raro, medível e classificável. O riso, inesperado, rompe o enquadramento. Clarice não oferece explicação para esse riso; ele permanece como gesto opaco, impossível de ser traduzido por completo, guardando uma zona de mistério que resiste à captura pelo olhar colonizador.

Pequena Flor ria por sentir amor: “amor é não ser comido, amor é achar bonita uma bota, amor é gostar da cor rara de um homem que não é negro, amor é rir de amor a um anel que brilha” (Lispector, 1998, p. 105). Trata-se de um amor imediato, visceral, ligado à preservação da vida e

ao reconhecimento do que lhe é belo, ainda que filtrado por um universo cultural distinto do explorador. É nesse amor simples e direto que sua humanidade se afirma, contrastando com a constante coisificação a que é submetida como “coisa rara” — expressão que, ao mesmo tempo que reconhece singularidade, a retira da esfera plena do humano.

À luz de Lévinas, esse riso é manifestação do *rosto* — não um rosto literal, mas a epifania da alteridade que interpela e exige resposta. O rosto, diz o filósofo, “destrói em cada instante e ultrapassa a imagem plástica que ele me deixa” (Lévinas, 1980, p. 38). É a presença que me olha e que, por seu simples existir, me convoca a uma responsabilidade que antecede qualquer interpretação ou apropriação.

O riso de Pequena Flor é, assim, a afirmação de uma vida que não se deixa absorver pelo Mesmo; é o instante em que o infinito de sua alteridade se impõe, rompendo a tentativa do explorador — e, por extensão, do leitor — de assimilá-la inteiramente.

Esse gesto também desloca o eixo narrativo: pela primeira vez, a ação não é do explorador que nomeia, mede ou descreve, mas de Pequena Flor que expressa, sem pedir licença, uma emoção que o outro não compreende. É nesse deslocamento que se revela o que Lévinas chama de assimetria ética: o Outro não é espelho nem prolongamento do Eu; ele é sempre mais, sempre além, e sua presença exige que eu me posicione, não como observador neutro, mas como responsável diante dele.

A menor mulher do mundo não é apenas uma narrativa sobre a descoberta de um ser humano fisicamente raro;

é, sobretudo, uma reflexão sobre como olhamos — e muitas vezes reduzimos — aqueles que não se encaixam em nossas medidas. A leitura de Clarice pela lente de Lévinas revela o embate entre o impulso de categorizar e a exigência ética de reconhecer a irredutibilidade do Outro, núcleo conceitual daquilo que o filósofo chama de alteridade.

O riso de Pequena Flor, incompreensível e livre, permanece como signo de resistência. Ele nos lembra que, diante do Outro, a verdadeira resposta não é a apropriação nem a pena, mas a abertura para o encontro ético que aceita a diferença sem reduzi-la. Reconhecer a alteridade é admitir que o Outro não cabe nos nossos moldes, que seu sentido não se esgota no que podemos nomear e que sua presença, como na narrativa clariceana, sempre nos escapa — e é justamente nessa fuga que reside a possibilidade de um encontro genuíno.

REFERÊNCIAS

CRITCHLEY, Simon. *A ética da alteridade: Emmanuel Lévinas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MINER, Horace. Os ritos corporais entre os nacirema. *Suplemento Antropológico*, v. 9, n. 1-2, p. 113-118, 1974. Tradução de “Body Ritual among the Nacirema” (1956).

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOLOMON, Andrew. *Longe da Árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.